Síntese curricular

Nome — Samuel Constantino Neves

Habilitações literárias: Licenciatura em Direito pela Universidade Lusíada, Lisboa — Julho de 1995

Categoria: Técnico Superior de 1ª classe do quadro de pessoal dos SMAS

Experiência profissional:

Coordenador do Sector de Infra-Estruturas do Instituto dos Registos e do Notariado, desde Maio de 2007;

Chefe de Divisão de Administração Geral e Patrimonial da Direcção — Geral dos Registos e do Notariado, com funções de coordenação nas áreas do apoio administrativo, patrimonial e logístico, de Maio de 2003 a Abril de 2007;

Chefe de Divisão de Apoio Técnico no Núcleo de Administração do Departamento de Prospectiva e Planeamento, coordenando os sectores de pessoal e expediente geral, financeiro e patrimonial, de Novembro de 2000 a Maio de 2003;

Foi nomeado técnico superior de 2ª classe, do quadro de pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada da Câmara Municipal de Almada, em Julho de 1996 e até Outubro de 2000, exerceu funções de apoio técnico-jurídico, na Divisão de Recursos Humanos:

De entre a actividade desenvolvida, destaca-se a elaboração e emissão de pareceres ao nível de interpretação e aplicação de legislação referente ao regime jurídico de férias, faltas e licenças, atribuição de prestações familiares, concessão de licenças sem vencimento, requisições e transferências de pessoal, atribuição do estatuto de trabalhador — estudante, caracterização e levantamento das situações de trabalho precário e irregular. Responsável pelos procedimentos inerentes à instrução e condução dos processos de contra — ordenação, instaurados por violação aos Regulamentos Municipais de Águas e Águas Residuais. Instrutor de processos disciplinares instaurados, por violação dos deveres gerais ou especiais das funções exercidas.

Entre Julho de 1989 e Junho de 1996, coordenador da Secção Administrativa da Repartição de Formação, sendo responsável pela interpretação e aplicação da legislação sobre formação profissional, na instrução dos dossiers técnico/pedagógicos e financeiros, a submeter à apreciação do PROFAP e IEFPP/DAFSE e elaboração e controlo de todo o processo burocrático de acções de formação internas e externas, desde o diagnóstico à realização.

Ingressou na Administração Pública em 1972, tendo exercido funções nas áreas administrativa e financeira/contabilística.

Formação profissional mais relevante:

Curso, “Preparar a Administração Pública para as Compras Electrónicas”, Promovido pela Leadership, num total de sessenta horas — Setembro a Novembro de 2006;

Seminário de Alta Direcção do Instituto Nacional de Administração, — Setembro de 2005;

Curso, “Aplicar o Sistema de Avaliação de Desempenho” — SIADAP, Organizado pela Paradoxo Humano, com a duração de vinte e uma horas, em Julho de 2005;

Curso, “A gestão de Stock e o Aprovisionamento na Administração Pública” promovido pelo NPF, com a duração de dez horas, Maio de 2004;

Curso, “Código do Procedimento Administrativo”, promovido pelo Instituto Nacional de Administração, com a duração de trinta e cinco horas; Fevereiro de 2003;

Curso, “Preparação Pedagógica de Formadores”, promovido pelo CEFA, com a duração de 70 horas, em Setembro de 1995;

Curso “VI curso de Administração Autárquica, ministrado no CEFA em Coimbra, com a duração de três semestres, concluído em 1989.

Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo

Aviso n.º 25876/2007

Concurso interno de acesso geral para preenchimento de 3 lugares da categoria de técnico superior principal

1 — Em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 28º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que, autorizado por despacho, de 5 de Dezembro de 2007, do Subdirector-Geral, Licenciado João Martins, emitido no uso dos poderes que lhe foram delegados pelo n.º 1, alínea a), do ponto II do Despacho n.º 7773/2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 82, de 27 de Abril de 2007, se encontra aberto concurso interno de acesso geral para preenchimento de 3 lugares

da categoria de técnico superior principal da carreira técnica superior, do quadro de pessoal da Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, aprovado pela Portaria n.º 390/98, de 9 de Julho, com as alterações posteriores decorrentes, designadamente da aplicação do artigo 3º do Decreto-Lei n.º 141/2001, de 24 de Abril.

2 — Feita a consulta à Direcção-Geral da Administração e Emprego Público, a mesma declarou a inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial, através do ofício n.º 9269, de 22.11.2007.

3 — Prazo de validade — O presente concurso caduca com o preenchimento dos lugares para os quais é aberto, nos termos do artigo 10º, n.º 4, do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

4 — Prazo de candidatura — O prazo de candidatura é de 10 dias úteis, a contar da data da publicação deste aviso. A data da entrada do processo, no caso de remessa pelo correio, é verificada pela data do registo dos CTT, considerando-se entregues dentro do prazo os requerimentos e respectivos documentos de instrução cujo aviso de recepção tenha sido expedido até ao termo do prazo fixado.

5 — Legislação aplicável — É aplicável ao presente concurso o disposto nos Decretos-Leis n.ºs 427/89, de 7/12; 204/98, de 11/07 e 404-A/98, de 18/12, com as alterações posteriores.

6 — Requisitos de admissão — Podem ser opositores ao concurso os funcionários titulares da categoria de técnico superior de 1ª classe com, pelo menos, três anos de serviço na categoria classificadas de *Bom*, licenciados em Economia ou em Sociologia do Trabalho.

7 — Local de trabalho e área funcional — As funções são exercidas nos serviços centrais da Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, na área da gestão dos recursos financeiros e materiais e na área do planeamento e organização.

8 — Remuneração e condições de trabalho — A remuneração e condições de trabalho são as vigentes na lei geral da Função Pública.

9 — Formalização das candidaturas:

9.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento, a solicitar a admissão ao concurso, dirigido ao Director-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, podendo ser entregue pessoalmente ou remetido pelo correio, com aviso de recepção, para o júri do concurso interno de acesso para a categoria de técnico superior principal, Direcção de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, Rua da Alfândega, n.º 5, r/c, 1149-006 Lisboa.

9.2 — Do requerimento devem constar os seguintes elementos:

a) Identificação do candidato (nome, estado civil, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu), residência, código postal e número de telefone;

b) Habilitações literárias;

c) Situação profissional, com indicação da categoria, antiguidade na categoria, na carreira e na função pública.

9.3 — Os requerimentos de candidatura deverão ser acompanhados, sob pena de exclusão, da seguinte documentação:

a) Currículo profissional detalhado, devidamente assinado, donde constem, para além de outros elementos julgados necessários para esclarecimento do júri, os seguintes: habilitações literárias e profissionais, cursos realizados e participações em acções de formação e respectiva duração, funções que exercem e exerceram e respectivos tempos de permanência;

b) Documento comprovativo das habilitações literárias;

c) Declaração passada pelo serviço competente, donde conste a antiguidade na categoria, na carreira e na função pública;

d) Documento comprovativo das classificações de serviço ou avaliação de desempenho dos últimos três anos, com indicação expressa da respectiva pontuação;

e) Documento comprovativo das habilitações profissionais, dos cursos e acções de formação.

9.4 — Para efeitos de suprimento da falta da classificação de serviço ou da avaliação de desempenho, os candidatos deverão apresentar requerimento dirigido ao presidente do júri do concurso, nos termos do artigo 20º do Decreto-Regulamentar n.º 44-B/83, de 1 de Junho ou do artigo 18º do Decreto-Regulamentar n.º 19-A/2004, de 14 de Maio, conforme o caso.

9.5 — Os candidatos pertencentes ao quadro da DGAIEC, estão dispensados da apresentação dos documentos que constem dos respectivos processos individuais.

10 — O júri poderá solicitar aos candidatos a apresentação de documento comprovativo dos elementos indicados nos currículos e que não constem dos respectivos processos de candidatura e ou do processo individual.

11 — Métodos de selecção — Os candidatos serão seleccionados mediante avaliação curricular e entrevista profissional de selecção.

11.1 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular e da entrevista profissional de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de actas das reuniões do júri do concurso, sendo as mesmas facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

12 — A relação dos candidatos admitidos e a lista de classificação final serão afixadas nas instalações da Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, Rua da Alfândega n.º 5, r/c, em Lisboa.

14 — Constituição do júri — o júri do concurso terá a seguinte composição:

Presidente — Lic. Carlos Manuel da Silva Broega, Director de Serviços de Gestão de Recursos Financeiros e Materiais.

Vogais efectivos:

Lic. Maria Margarida Martins Pereira de Vasconcelos, reverificador assessor principal, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos;

Lic. Marília José Lopes, assessor principal.

Vogais suplentes:

Lic. Maria João de Sousa Pinto de Figueiredo Fernandes Gomes, assessor principal;

Lic. Maria Manuela dos Santos Domingos, reverificador assessor principal.

5 de Dezembro de 2007. — O Director de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, *Vasco Manuel de Carvalho Costa Ramos*.

Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público

Despacho n.º 29770/2007

O Despacho n.º 17 760/2007, de 30 de Abril, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 155, de 13 de Agosto, definiu a estrutura flexível da Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP), criando no Departamento de Relações Internacionais, Comunicação e Documentação (DRICD), a Divisão de Comunicação e Informação Estratégica para a Administração Pública (DCIAP), conforme o n.º 3 do referido Despacho.

Considerando que as competências cometidas a esta Divisão, são determinantes para assegurar a gestão de informação da Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público, a nível interno e externo, impõe-se que, com urgência, se proceda à nomeação do respectivo dirigente, por forma a que seja implementado o seu funcionamento.

Assim, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 27.º da lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, verificando-se todos os requisitos legais exigidos, nomeio, em regime de substituição, no cargo de Chefe de Divisão de Comunicação e Informação Estratégica para a Administração Pública (DCIAP), a Licenciada Maria Manuela da Silva Mateus Garcia, com efeitos a partir de 1 de Dezembro de 2007.

A nomeada possui o perfil, experiência e conhecimentos adequados à prossecução das atribuições e objectivos do serviço e é dotada da necessária competência e aptidão para o exercício do cargo, conforme resulta do respectivo currículo académico e profissional.

30 de Novembro de 2007. — A Directora-Geral, *Teresa Nunes*.

ANEXO

Nota curricular

Nome — Maria Manuela da Silva Mateus Garcia

Data de nascimento — 30 de Novembro de 1955

Habilitações e formação académicas:

Licenciatura em Economia pelo Instituto Superior de Economia, da Universidade Técnica de Lisboa.

Pós-graduação em «Tecnologias e Ciências da Informação para as Organizações», pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.

Experiência Profissional:

Coordenadora dos projectos Portal da DGAEP e Gestão Documental, desde 19 de Março de 2007;

Chefe de divisão do Departamento de Estudos e Investigação do Instituto Português do Livro e das Bibliotecas, do Ministério da Cultura, desde 22 de Abril de 1997 até 18 de Março de 2007;

Entre 1 de Agosto de 2002 e 29 de Julho de 2003, suspendeu as funções de Chefe de Divisão para exercer o cargo, em regime de substituição, de Directora de Serviços do Departamento de Descentralização do Instituto Português das Artes do Espectáculo do Ministério da Cultura;

Assessora da carreira técnica superior do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros, desde 7 de Maio de 2004;

Ingresso na Função Pública, como técnica superior de 2.ª classe, do quadro de pessoal do SIT da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos (1990-01-08);

Professora efectiva do ensino secundário (1980-1990).

Algumas actividades a destacar:

No exercício das suas funções de Chefe de Divisão no Departamento de Estudos e Investigação, centrou a sua actividade em projectos interdisciplinares e intersectoriais nas áreas da informação, investigação e economia do livro, desenvolveu trabalho, nomeadamente, nos seguintes projectos: Sistema de informação do IPLB e site do IPLB, Arquivo do IPLB e Economia do Livro.

Apoio a Direcção do Instituto, na produção e elaboração de diversos instrumentos de gestão, designadamente, os Plano e Relatório de Actividades, Plano de Formação, acompanhamento da implementação do SIADAP, entre outros.

Presidente da comissão de avaliação das candidaturas das empresas ao Regime dos Financiamentos a Conceder pelo Fundo Fomento Cultural às Empresas do Sector do Livro; interlocutora, para a área do Livro, no Núcleo da Sociedade de Informação do Ministério da Cultura; interlocutora do IPLB para a UMIC/ Portal do Cidadão.

De 1990 até 1992 exerceu funções na Divisão de Organização do Serviço de Informática da DGCI, tendo participado na reformulação do Sistema de Informação de Contribuintes Pessoa Singular — SIC PS designadamente:

Formação:

Seminário de alta direcção realizado pelo INA.

Frequência de cursos de formação profissional relacionados com as exigências das funções desempenhadas, entre outros, sobre informática na óptica do utilizador, e gestão e organização.

Direcção-Geral dos Impostos

Aviso (extracto) n.º 25877/2007

Por despacho de 26 de Novembro de 2007 da Subdirectora-Geral, por delegação de competências do Director-Geral dos Impostos, Nuno Miguel Barreiro Sobral, Elsa Joana de Sousa Alves, Sandra Marisa de Araújo Pereira, Jorge Manuel Monteiro da Costa, Filipa Alexandra Gil Costa, Manuel Amaro Rosa, João Reis Martins Silva, Marta Luísa Carranca Neves, Milena Iolanda Fernandes S. G. Rodrigues, foram nomeados na categoria de técnico superior de 1.ª classe, com efeitos a 17 de Julho de 2007, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 54/2000 de 7 de Abril.

28 de Novembro de 2007. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

Aviso (extracto) n.º 25878/2007

Por despachos do Director-Geral dos Impostos de 27 de Novembro de 2007, proferido nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 366/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 237/2004 de 18 de Dezembro, foi autorizada a substituição dos anteriores Chefes de Equipa A e B da Divisão de Inspeção Tributária III da Direcção de Finanças de Setúbal, com a consequente designação do Chefe da Equipa A, Carlos Manuel Colaço Brandão e Chefe da Equipa B, Ana Maria Sousa Frade, com efeitos a 16 de Abril de 2007, cessando funções os anteriores coordenadores com efeitos aquela data.

29 de Novembro de 2007. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

Louvor (extracto) n.º 646/2007

Indo o Senhor Chefe do Serviço de Finanças de Sintra — 1, António Luís Silvério Costa Martins, passar à situação de aposentado, a partir do próximo dia 1 de Dezembro de 2007, é-me particularmente grato manifestar-lhe o elevado apreço e reconhecimento pela forma competente como desempenhou, ao longo de uma carreira exemplar, as suas funções, muito especialmente no exercício de chefias de Serviços de Finanças, às quais sempre emprestou uma elevada qualidade técnica e revelou grande sentido de serviço público.